



**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE PREVENÇÃO E AUXÍLIO A
DESASTRES E CALAMIDADES NATURAIS**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2023.
(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)**

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS), para tratar dos impactos das mudanças climáticas nos Territórios Indígenas e comunidades tradicionais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no artigo 255, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem requerer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS), para tratar dos **Impactos das Mudanças Climáticas nos Territórios Indígenas e Comunidades Tradicionais**. Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- Representante do Ministério dos Povos Indígenas;
- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP**

- Representante da Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);
- Representante do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT);
- Representante da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ);
- Secretária-Geral de Redução de Riscos de Desastres da ONU, Mami Mizutori;
- Presidenta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais;
- Representante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal.

JUSTIFICATIVA

Tratar do tema das calamidades e desastres socioambientais exige um olhar para o enfrentamento dos fatores que levam às mudanças climáticas e seus impactos. Do mesmo modo, é fundamental um olhar para os territórios indígenas e tradicionais, pois os impactos da crise climática recaem primeiro e mais intensamente sobre aqueles que já foram mais atingidos em uma sociedade desigual: comunidades que estão se recuperando da última inundação, último incêndio florestal, última seca; comunidades que não têm acesso a água potável, ar puro ou eletricidade.

Os territórios indígenas, além de serem a fonte de subsistência desses povos, representam também as áreas mais ambientalmente conservadas do país. Desta forma, atuam como barreiras ao desmatamento, conservação de biomas, manutenção de formas de vida e combate às mudanças climáticas. Ao mesmo





tempo, são estes os territórios mais vulneráveis às pressões externas como a mineração, o agronegócio e o desmatamento e principalmente aos impactos do clima. Assim, o contínuo avanço da fronteira agrícola, a contaminação e a degradação das nascentes, rios e do solo, a pressão para a instalação de grandes obras, o garimpo ilegal, as invasões e o aumento das queimadas estão entre os fatores externos que têm impactado drasticamente as terras indígenas e suas florestas, assim como os modos de viver, a sobrevivência e as culturas desses povos.

Segundo a publicação “Mudanças climáticas e percepção indígena”, editada em 2018 pela organização Opan (Operação Amazônia Nativa), as principais consequências dessas mudanças nos territórios tradicionais estão na produção de alimentos, pois a principal fonte de alimentos muitas vezes são as roças, a caça e a pesca. Enchentes e secas prolongadas, por exemplo, afetam o volume dos rios e prejudicam a pesca, ao mesmo tempo que podem destruir cultivos e facilitar o espraio de pragas. Há também prejuízos em seus sistemas de orientação do tempo, rituais, sua cultura material. Todas essas problemáticas têm se ampliado com os eventos climáticos extremos, cada vez mais recorrentes.

A situação dramática caracteriza estas regiões como zona de sacrifício socioambiental em que está presente a predominância de racismo ambiental sobre as comunidades. Isto em razão da crise climática ser também humanitária e ter impacto direto na vida das populações tradicionais, negras e quilombolas. Assim, negar o racismo ambiental é negar a realidade que impacta principalmente os mais vulneráveis; é negar a constante violação dos direitos constitucionais das comunidades, territórios quilombolas, comunidades tradicionais e terras indígenas; é negar a própria orientação da colonização, na história de urbanização do país e é negar suas profundas desigualdades territoriais.

Frente a este cenário, as comunidades tradicionais têm que se preparar para a adaptação, uma vez que as mudanças climáticas já são uma realidade. O





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

poder público precisa olhar para o povo que está na floresta porque eles são drasticamente afetados, ao mesmo tempo que detêm o conhecimento para a manutenção da biodiversidade, dos biomas e das águas.

Cientes do empenho da CEDESAT da Câmara dos Deputados, contamos com o apoio necessário para realização da referida audiência.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2023.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

